

Escola, Currículo e Avaliação

Material Escola, Currículo e Avaliação da disciplina ministrada pela professora Sheila Fabiana de Quadros.

Sumário

- 1. Constituição do Currículo
- 2. A BNCC e a abordagem curricular vigente
- 3. Compreendendo a BNCC pela perspectiva histórica e conceitual de currículo
- 4. Etapa da Educação Infantil
- 5. Etapa do Ensino Fundamental/Anos Iniciais
- 6. Desafios diante da implementação da BNCC nas Propostas Curriculares
- Considerações
- Referências

Sheila Fabiana de Quadros



Olá, acadêmicos do curso de Pedagogia da UNICENTRO, sou a professora Sheila e ministrarei a disciplina Escola, Currículo e Avaliação.

Há que se pensar a Educação nacional refletindo as nuances que interferem significativamente no cenário nacional, posto que a formação integral perpassa a transmissão de conhecimentos e a elaboração de alternativas metodológicas que a subsidiam.

A estrutura do currículo se relaciona ao tipo de Educação que se almeja. Pensando a escola enquanto uma instituição social com funções específicas, reafirma-se a Educação enquanto um ato político.

Nesse sentido, a disciplina em tela enfoca as condições materiais de formação docente, gestão educacional, planejamento, formação de professores, avaliação e mecanismos de trabalho pedagógico. Ainda, explora as determinações legais que orientam o currículo e as relações com a Base Nacional Comum Curricular, convida os acadêmicos a refletir a própria formação docente inicial, posicionando-se em relação ao currículo enquanto área promotora de formação, consciência e cidadania!

Sejam todos muito bem-vindos nesse espaço de reflexões!

Inicia-se os estudos compreendendo e articulando os conceitos que referendam a disciplina Escola, Currículo e Avaliação, posto as relações que estabelecem entre si, na organização da Educação escolar.



1. Constituição do Currículo

Por muito tempo, compreendeu-se o currículo como o conjunto organizado de matrizes teóricas de disciplinas orientadas de maneira estruturada e de acordo com a série/nível de ensino em que era ofertada.

Depois de muitos estudos, a compreensão do currículo foi ampliada, percebendo-se que é a organização de proposta pedagógica que compreende conhecimentos científicos, relações sociais estabelecidas e, principalmente, os conteúdos que compõem o denominado currículo oculto que incorpora as diferentes áreas do conhecimento e as formas de intervenção na educação escolar.

QUANTO À ORIGEM DA PALAVRA, CURRÍCULO VEM DO LATIM "CURRERE", QUE SIGNIFICA ROTA, CAMINHO. REPRESENTA, ENTÃO, A PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA DE ESCOLARIZAÇÃO, ENVOLVENDO CONTEÚDOS ESTUDADOS, ATIVIDADES REALIZADAS, COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO PLENO DO ESTUDANTE.

Assim, as políticas de currículo e das propostas curriculares englobam muito mais que a sistematização de conteúdos, ofertando espaço para a organização metodológica, critérios de seleção de saberes e flexibilização pedagógica.



Minimamente, um currículo conjuga o que se ensina e o que se aprende, as formas de acesso aos saberes, as progressões em cada espaço, em cada conhecimento, otimizado pelos movimentos da sociedade e pela compreensão dos sujeitos em processo de aprendizagem.

Um currículo é um programa de estudos ou um programa de formação, mas considerado em sua globalidade, em sua continuidade didática e em sua continuidade temporal, isto é, de acordo com a organização sequencial das situações e das atividades de aprendizagem às quais dá lugar. (FORQUIN, 1996, p. 188).

A sequência didática é uma estrutura, um espaço organizado metodologicamente, não um mero esquema estrutural de conteúdos fragmentados e isolados entre si.

O currículo tem que ser entendido como a cultura real que surge de uma série de

“[...] processos, mais que como um objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar; aquilo que é, na realidade, a cultura nas salas de aula, fica configurado em uma série de processos: as decisões prévias acerca do que se vai fazer no ensino, as tarefas acadêmicas reais que são desenvolvidas, a forma como a vida interna das salas de aula e os conteúdos de ensino se vinculam com o mundo exterior, as relações grupais, o uso e o aproveitamento de materiais, as práticas de avaliação etc.” (SACRISTÁN, J. G., 1995, p. 86-87).



O currículo é a cultura real que engloba as vivências humanas na totalidade, as condições materiais de vida dos sujeitos que aprendem, que vivenciam experiências. Em tese, o currículo compreende as diferentes abordagens da aprendizagem, articula saberes científicos e as diversas formas de interação, de maneira dialógica.

Dessa maneira, e de acordo com Sacristán (1995), o currículo é a cultura em ação, em estudos e em articulação com a vida real, com o contexto material vivido pelos sujeitos sociais em formação e das relações com os pares.

O currículo representa muito mais do que um programa de estudos, um texto em sala de aula ou o vocabulário de um curso. Mais do que isso, ele representa a introdução de uma forma particular de vida; ele serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente. O currículo favorece certas formas de conhecimento sobre outras e afirma os sonhos, desejos e valores de grupos seletos de estudantes sobre outros grupos, com frequência discriminando certos grupos raciais, de classe ou gênero. (MCLAREN, 1977, p. 216)

A escola, enquanto instituição social diante do contexto real, relaciona-se com a vida em si, com as demandas do meio, atendendo às necessidades dos estudantes, independente da modalidade/nível de ensino.



De acordo com Silva (2005, p. 15), currículo é resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que constituirá, precisamente o currículo. Nesse sentido, a BNCC é um norte indicador mínimo, pontual e permite a flexibilidade da distribuição de conteúdos e saberes sistematizados, a ampliação de tudo que for necessário ao processo de aprendizagem.

Mais que reconhecimento de conteúdos sistemáticos, é importante que os alunos pensem a vida cotidiana, de maneira significativa, a partir do que aprendem nos espaços escolares.

De acordo com Moreira e Candau (2007) fatores socioeconômicos, políticos e culturais contribuem para que se entenda o currículo como:

- (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- (d) os objetivos a serem alcançados por meio do ensino;
- (e) os processos de avaliação que influem nos conteúdos e nos procedimentos selecionados, nos diferentes graus da escolarização. (p. 17-18)



Nessa perspectiva, o currículo mais que uma versão conteudista é uma organização didática, estrutural, instrumental de planejamento, com preocupação avaliativa constante, pois a partir da avaliação sobre as aprendizagens dos alunos, constata-se as mudanças necessárias na organização e todas as particularidades que o envolvem.

Currículo, planejamento e avaliação caminham concomitantemente, diante de todas as possibilidades de ação e intervenção pedagógica. Assim, o currículo se constrói de forma processual, gradativa e dialógica, pois inclui nos pressupostos, os fatores indispensáveis ao processo de ensinar e aprender.

O que pretendo introduzir neste texto é a perspectiva da ação avaliativa como uma das mediações pela qual se encorajaria a reorganização do saber. Ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as. (HOFFMANN, 1991, p. 67)

AVALIAR É ANALISAR SUA PRÁTICA DOCENTE E SEUS ALUNOS E ALUNAS DE MANEIRA A ESTABELECEER UMA RELAÇÃO TRIANGULAR, DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS, DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS E DA FLEXIBILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO, MEDIADOS CERTAMENTE PELA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.





Diante das colocações apresentadas, elenca-se quatro questões a serem representadas e observadas quando da elaboração do currículo, quando respalda-se a análise no fato de que a Educação é dotada de intencionalidade.

EDUCAÇÃO É UM ATO POLÍTICO

Nessa perspectiva, delimita-se os seguintes quesitos quanto aos aspectos da organização do currículo:

1 – Os currículos escolares transcendem as normativas curriculares. Todo e qualquer material escrito dimensiona o currículo formal ou escrito. Aqui, se encontram estabelecidos os critérios de elaboração por meio dos pares envolvidos no processo, envolvendo a legislação vigente, as equipes pedagógicas, concepção de homem, de sociedade e de mundo. No entanto, e embora a sala de aula receba uma forte influência do currículo formal, ele não é o único determinante das práticas, tampouco o currículo total é determinado pelo documento que o oficializa. Isso ocorre porque o cotidiano da escola é mediado por diversos fatores que a determinam como *locus* de conhecimento. Assim, o vivido em espaços de sala de aula e fora dela são determinados, muitas vezes, pelas questões externas que se promovem em torno das práticas institucionalizadas.



TANTO O CURRÍCULO FORMAL QUANTO O CURRÍCULO DAS VIVÊNCIAS, DA VIDA MATERIAL, COMPÕEM UM AMBIENTE QUE SIMBOLICAMENTE SE TRADUZ EM CONTEÚDOS DE ENSINO, EXPLORADOS PREFERENCIALMENTE PELO CONJUNTO, PELA TOTALIDADE DOS ALUNOS EM PROCESSO DE FORMAÇÃO!

As dimensões que ultrapassam a formulação curricular são fatores que integram o que se denomina currículo oculto.

2 – O currículo não se resume a objetivos, conteúdos, experiências de aprendizagem e avaliação.

Os objetivos, conteúdos, abordagens metodológicas e o processo de avaliação são componentes curriculares. Junta-se a esses elementos o tempo escolar, as formas de organização dos conteúdos (semestre, bimestre, por exemplo), os eixos de aprendizagem, a concepção interdisciplinar, dentre outros fatores julgados importantes para a organização.

Aliada a essa forma de estruturação, somam-se aspectos que ultrapassam os de ordem técnica, tais como a concepção de sociedade, de escola, de conhecimento e questões de ordem singular que norteiam cada unidade institucional escolar. Todos esses fatores incorporam as formas culturais de organização curricular.



3 – O currículo aplica-se aos diferentes aspectos da cultura

A educação escolar e a elaboração do currículo ultrapassam a ideia de conhecimento formal/científico pois englobam para além do conhecimento escolar, as relações com as diferentes formas de acesso aos saberes como a cultura individual familiar, valores estéticos, éticos, que se manifestam na particularidade de cada região, de cada contexto. Ultrapassa os limites de um padrão previamente estereotipado, ofertando espaço aos diferentes modos de perceber o mundo e rejeita a existência de um modelo de formação.

4 – Conteúdos e formas de acesso metodológico são um ato político, pois a Educação é dotada de intencionalidade.

Todos os parâmetros científicos seguem as prerrogativas legais decorrentes de Leis e demais dispositivos que integram o cenário educacional vigente. Em suma, quando se opta por uma ou outra organização curricular, faz-se uma escolha histórica, social, cultural e baseada na dinâmica em que as relações sociais se estabelecem. Dessa forma, é importante vincular e articular a organização do currículo a partir de uma perspectiva maior, pautando o planejamento e a avaliação em consonância com as condições individuais de cada espaço, a partir das necessidades oriundas dos sujeitos de aprendizagem, dos temas e conteúdos acrescentados em cada proposta, a depender das unidades escolares a que se aplicam.



Indicação de Leitura: *O dualismo perverso da escola pública brasileira*: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres, de autoria de José Carlos Libâneo



O dualismo perverso da escola pública brasileira

NESSE SENTIDO, CABE A INDAGAÇÃO: COMO ARTICULAR A ELABORAÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR DIANTE DA PRERROGATIVA LEGAL DA BNCC?



Áudio 1: Relações entre a escola, o currículo e a avaliação

Infelizmente o formato PDF não suporta reprodução de áudios



2. A BNCC e a abordagem curricular vigente

o currículo, conceituado e contextualizado na parte inicial do texto, incorpora além dos objetivos mínimos de aprendizagem, as propostas curriculares como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que é, em tese, o principal dispositivo legal em relação aos currículos, é o fio condutor das práticas pedagógicas que norteiam o cenário nacional curricular e as questões pedagógicas inseridas nas salas de aula e fora delas. A BNCC é um documento normativo e formativo que integra as questões de ordem legal e pedagógica, posto que existem possibilidades de promover a aprendizagem de diferentes formas, independente das escolhas didático-pedagógicas do professor.

A BNCC é condutora matriz das práticas docentes. No entanto, deixa ao docente autonomia para organizar o planejamento de ensino, de acordo com a realidade em que se encontram os sujeitos aprendizes, citando-se a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, valorizadas as questões que envolvem a Educação e seus desdobramentos, o docente identifica os fatores que interferem na aprendizagem e passíveis de serem trabalhados e explorados.



A BNCC acentua a necessidade de integrar os elementos e aspectos da cultura, os sociais da aprendizagem, o desenvolvimento cognitivo como um todo e perpassa por todas as áreas do conhecimento. É diferente de uma normativa curricular. Com essa premissa, a ideia é que o documento é norteador das práticas estabelecidas e trabalhadas pelos pares da escola, articula saberes indicando que as competências visem formação integral e dinâmica.

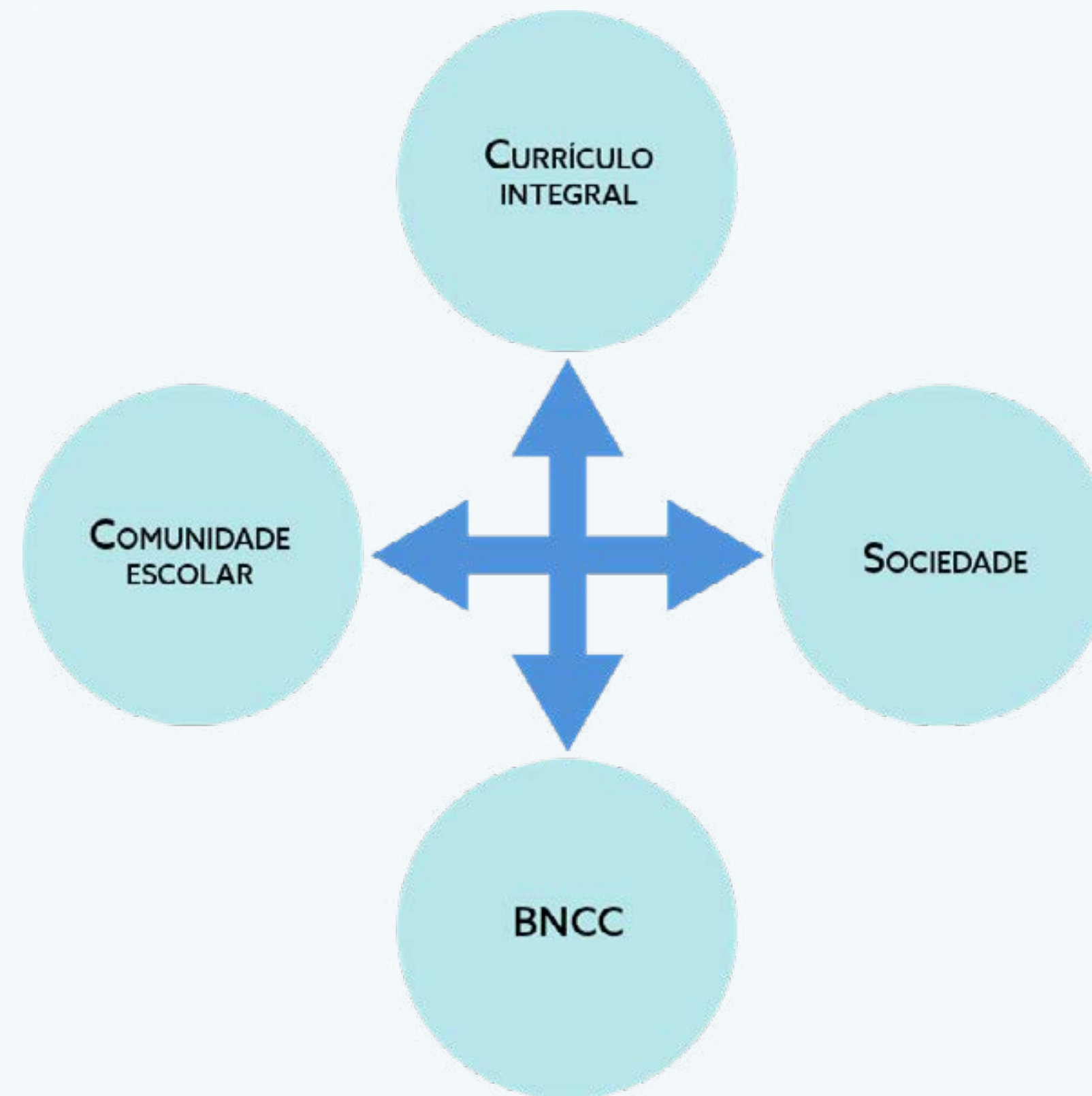
IMPORTANTE

A BNCC é um dispositivo legal que orienta, media e relaciona os conhecimentos necessários à organização do currículo nas Instituições, mas a cada uma cabe valorizar os fatores peculiares à sua estruturação!



BNCC

Figura 1 - Relações do Currículo na Educação contemporânea



Fonte: Elaboração própria.

A figura acima reitera a necessidade de estabelecer critérios de articulação entre a BNCC enquanto documento legal que respalda as práticas curriculares e o movimento da sociedade, posto que a escola é espaço que preconiza funções sociais no processo de formação dos sujeitos.



Aúdio 2: Como compreender a BNCC?

Infelizmente o formato PDF não suporta reprodução de áudios

PARA ALÉM DA SALA DE AULA!

Leitura do texto: *Base nacional comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?* de autoria de Elizabeth Macedo, disponível em:



Base nacional comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?



3. Compreendendo a BNCC pela perspectiva histórica e conceitual de currículo

A BNCC, enquanto dispositivo legal, é estudada há muitos anos, mas implementada apenas em 2018. Historicamente, era previsto ainda na Constituição Federal de 1988 a criação de uma Base Nacional Comum Curricular para o Ensino fundamental, uma das determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96).

Contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE 2014), membros do Ministério da Educação, CONSED e UNDIME definem o grupo para a redação da Base, datando de 2015 a primeira versão que foi submetida à leitura pública. A redação de 2017 foi aprovada depois de reuniões e audiências públicas realizadas junto ao Conselho Nacional de Educação, Órgão representativo, consultivo e deliberativo.

Dentre as mudanças elencadas pela Base, há delimitação das competências gerais que englobam os aspectos citados a seguir.

Figura 2 - Competências designadas na BNCC



Fonte: Elaboração própria.

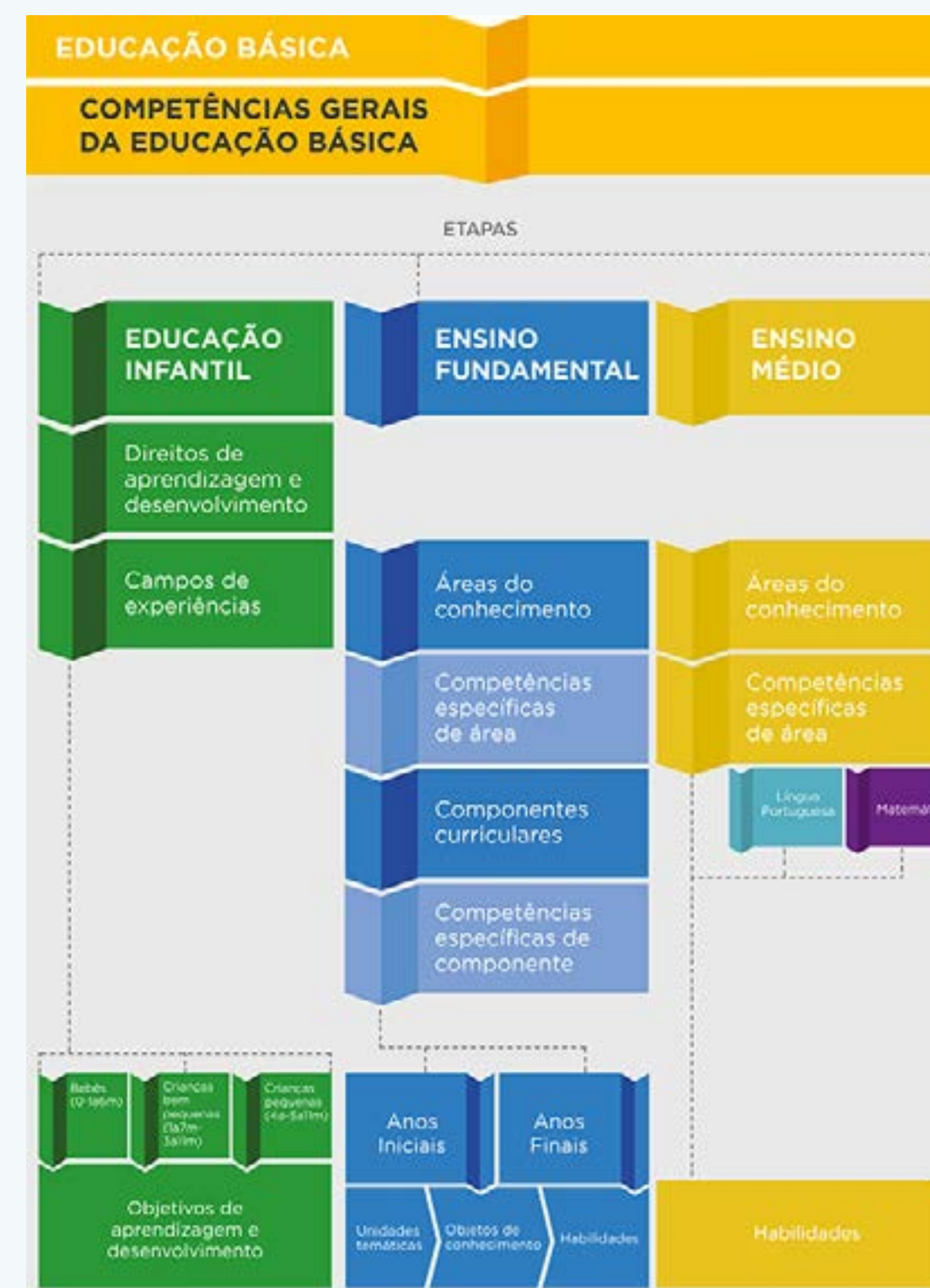
Na estrutura da BNCC são contemplados fatores que dispõem as competências, indicados elementos cognitivos, sociais e pessoais, considerados independente do componente curricular.

A BNCC mais do que um rol de conteúdos isolados a serem seguidos com periodicidade pré-determinada, promove diversas aprendizagens, fomentando uma postura interdisciplinar, o que, em tese, depende muito do docente que estruturará a prática pedagógica no planejamento.

O currículo, definido nas propostas curriculares e nos projetos de cada instituição escolar compõe minimamente as estruturas de trabalho pedagógico a se desenvolver.

Segundo a delimitação da BNCC, a estrutura da Educação Básica inicia por competências gerais, cada etapa em um formato diferenciado.

Imagem 3- Competências Gerais da Educação Básica



Fonte: Ministério da Educação, 2021.

E OS CURRÍCULOS, COMO SERÃO ORGANIZADOS? REORGANIZADOS?



4. Etapa da Educação Infantil

Na Educação Infantil, a orientação é a de que os currículos sejam elaborados a partir de eixos estruturantes, correspondentes aos direitos de aprendizagem e de desenvolvimento:

1. conviver;
2. brincar;
3. participar;
4. explorar;
5. expressar;
6. conhecer-se. (BNCC, 2020)

Tais questões revelam o sentido específico da Educação Infantil, delimitada à necessidade em socializar as crianças e os saberes produzidos socialmente. A brincadeira é a principal forma de promover o conhecimento e a aprendizagem das crianças em processo de desenvolvimento.

Na Educação Infantil há a socialização e construção de saberes sistematizados pelo currículo e docência, a flexibilização das ligações entre planejar, executar, avaliar e ações pedagógicas, na perspectiva de trabalho especificado.



[...] planejamos porque não podemos assentar nossa proposta num espontaneísmo ingênuo, que supõe que a criança aprende sozinha e naturalmente. A criança aprende no e com o mundo, mas esse mundo é feito de pessoas com diferentes idades, culturas, crenças e valores (...) E é nas relações e nas trocas que se ressignificam os saberes/fazeres. Também não podemos mais acreditar numa concepção de educação determinista e adultocêntrica em que a professora detém o conhecimento e o controle de tudo o que ocorre no espaço escolar pelo planejamento. O papel do planejamento só é importante como apoio, tanto de revisão como de exercício de imaginação, de levantamento de possibilidades de uma ação educativa num tempo/lugar chamado escola. Serve para recolocar a professora como uma das mediadoras do processo de aprendizagem humana. (REDIN, 2017, p. 22-23)

O planejamento é fruto da organização curricular e das considerações coletivas dos pares (professores e equipe pedagógica) em torno das questões pertinentes ao funcionamento da escola enquanto um espaço social de efetivação de saberes e promoção da criança como um ser biopsicossocial.

Entretanto, autores diversos entendem o planejamento enquanto condutor das práticas pedagógicas, e o é, apesar da necessidade de constante reflexão e reorganização dos conteúdos, primando pela qualidade de trabalho e desenvolvimento das crianças.



Muito do planejamento depende do processo de aprendizagem dos alunos, do desenvolvimento alcançado, indicando as possibilidades de intervenção e alteração, sempre que necessário. A flexibilidade é essencial no desdobramento do planejamento e nas ações pedagógicas.

Um planejamento é válido quando nos ajuda a intervir pedagogicamente, quando se torna presente, quando dá visibilidade às nossas observações e avaliações por meio de registros, diários de bordo, de campo. Pelos registros, nossas marcas virão à tona, mostrarão nossos sentimentos e concepções e farão recortes do cotidiano, servindo de janela para nossos pensamentos e imagens. Revendo-os, podemos revisitar nossos princípios e analisar nossa prática com as crianças, com a escola e conosco mesmo. (REDIN, 2017, p. 27).

O planejamento de ensino se articula diretamente com as questões cotidianas de sala de aula e direciona o aprimoramento de saberes dos professores, visto que a depender das aprendizagens e dificuldades dos alunos, há alterações necessárias para que a aprendizagem ocorra de maneira satisfatória e com muita qualidade.



Por isso, o planejamento na Educação infantil requer de professores, alunos, coordenação pedagógica e outros envolvidos a execução de um plano de trabalho flexível, atendendo as demandas e perspectivas de cada realidade, a iniciar pelo público a que se destina. Requer respeitar as prerrogativas legais da BNCC num contexto de transformações, cumprindo os dispositivos de maneira crítica, coerente com o contexto de atuação.

Assim, a execução do planejamento em Educação Infantil liga-se aos pilares relacionados de planejamento, currículo e avaliação, articulados na condução do trabalho pedagógico.

Também são partes curriculares os campos de experiências, que são:

- o eu, o outro e o nós;
- corpo, gestos e movimentos;
- traços, sons, cores e formas;
- escuta, fala, pensamento e imaginação;
- espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. (BNCC, 2017)

Os campos de experiência previstos na BNCC preconizam as relações sociais que a criança estabelece consigo e com o mundo que a cerca, expondo as condições essenciais de acesso aos saberes e às formas de compreender o mundo. Cabe ao professor de Educação Infantil observar as maneiras de conexão existentes e explorá-las na interação criança, meio social, ambiente escolar e conhecimentos sistematizados.



Para compreender as formas de interagir e/ou articular os saberes pedagógicos expostos na BNCC, compete ao docente ter claro que os campos de experiência são passos essenciais de desenvolvimento das práticas, materializando-as em aula com fundamento do entendimento de infância como construção, elaboração de saberes e experiências materiais de vivências.

Assista ao vídeo intitulado *Campos de experiência na educação infantil: os 5 campos de experiência da BNCC*,



Campos de experiência na educação infantil

Há que delimitar os objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças em cada faixa etária, segundo a classificação como bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

SER PROFESSOR NA ATUALIDADE REQUER UMA DOSE ESPECIAL DE DEDICAÇÃO, PACIÊNCIA E ACIMA DE TUDO, OBSERVAÇÃO DOS ALUNOS QUE COMPÕEM O CENÁRIO EDUCACIONAL!



5. Etapa do Ensino Fundamental/Anos Iniciais

A etapa do Ensino Fundamental é estruturada em cinco áreas do conhecimento:

1. Linguagens;
2. Matemática;
3. Ciências da natureza;
4. Ciências humanas;
5. Ensino religioso.

É fundamental que haja interação entre as áreas do conhecimento para entender todos os componentes curriculares para desenvolver as competências específicas de cada um definindo e estabelecendo os objetos de conhecimento que, em tese, se resumem em conteúdos, conceitos e processos, organizados em unidades temáticas.



6. Desafios diante da implementação da BNCC nas Propostas Curriculares

Nas instituições escolares, há a necessidade de reelaboração e reestruturação das propostas curriculares articuladas com as normativas da BNCC, resguardando as condições particulares de cada unidade escolar. Há um regime de colaboração entre as esferas Federal, Estadual e Municipal.

Há que respeitar as peculiaridades de cada Estado em particular e dos municípios, no oferecimento de ensino de qualidade. O regime colaborativo oportuniza explorar articuladamente outros assuntos e conhecimentos, para além do cumprimento legal e formal.

Dimensionar o impacto dessas políticas de currículo, os objetivos de ensino e de aprendizagem, o perfil de alunos que se pretende formar é ação imprescindível no processo de Gestão, na dinâmica de formação docente inicial e continuada, nas avaliações e no Projeto Político Pedagógico.



○ QUE É IMPORTANTE OBSERVAR DIANTE DAS MUDANÇAS NAS PROPOSTAS?

1. Estruturação da Gestão educacional entre os pares;
2. compreensão das políticas educacionais vigentes e dos dispositivos legais que regulamentam a Educação Nacional, estadual e municipal;
3. proposta curricular;
4. formação inicial e continuada docente e equipes pedagógicas;
5. elaboração do Projeto Político Pedagógico;
6. elaboração de materiais didáticos;
7. avaliação e acompanhamento de aprendizagem de maneira processual e contínua.

Essas questões foram o marco inicial da Proposta da BNCC para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, mas cabem em outras modalidades de ensino.

Os desafios são observados continuamente, desde a organização das propostas em si, quanto da organização didática, pedagógica, pois envolve o compromisso de cada profissional em atender as demandas dos alunos, preservado a identidade do professor no trato pedagógico.



Em suma, a BNCC trata de um padrão esperado para o ensino nacional, mas não enquanto mero receituário da Educação. Propõe um mínimo curricular necessário ao montante geral das especificidades da educação na atualidade. São significativos os impactos no ensino como técnica projetiva, o que incita os docentes a refletir sobre as práticas para constante interação com o conhecimento em movimento, pautando as relações entre a sociedade e o perfil que se deseja formar.

A BNCC É O DOCUMENTO O QUE FORMALIZA LEGALMENTE OS CURRÍCULOS NACIONAIS, NO ENTANTO, CADA UNIDADE MUNICIPAL POSSUI AUTONOMIA DE ORGANIZAR DE MANEIRA SINGULAR SUAS PROPOSTAS!



Considerações

O cenário social requer que se atente ao fato da existência de várias formas de organizar o ensino na concepção atual de educação.

O importante é que há formas diferenciadas de articular os saberes necessários ao processo de formação docente e que a inicial contemple aspectos que valorizem a reflexão das práticas necessárias ao contexto.

A implementação da BNCC interfere na formação de professores, gestão educacional, planejamento, avaliação, materiais didáticos, dentre outros aspectos que fomentam a educação nacional o que exige a adequação dos entes federados.

Em suma, a BNCC é documento normativo legal, uma das direções de pensar a organização do currículo que engloba diferentes formas de amoldar o conhecimento nas unidades escolares com suas particularidades que também se transformam à medida que as demandas exigem.

A BNCC é documento que formaliza a Educação nacional para implantar uma educação cidadã, de qualidade para todos que acreditam que a formação integral cria uma sociedade com igualdade.



Referências

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069/90**, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02 de 22 de dezembro de 2017a**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf, acesso em 27 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04 de 17 de dezembro 2018**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104101-rcp004-18&Itemid=30192, acesso em 27 dez. 2022.

FORQUIN, Jean Claude. **AS ABORDAGENS , SOCIOLOGICAS DO , CURRÍCULO: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa**. Educação e Realidade, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola a universidade**. Porto Alegre, Mediação 1991.

MCLAREN, Peter. **A Vida nas Escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1977.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. **Indagações sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007

REDIN, M. M. Planejando na educação infantil com um fio de linha e um pouco de vento. In: REDIN, M. M. et al. (org.). **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na Educação Infantil**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017

SACRISTÁN, Gimeno J. **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In: NÓVOA, António. Profissão professor. Portugal: Porto Editora, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TYLER, Ralph. **Princípios Básicos de Currículo e Ensino**. Porto Alegre: Globo, 1974.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

Escola, Currículo e Avaliação – Sheila Fabiana de Quadros

Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenador Geral UAB

Sandra Aparecida Machado Polon
Coordenador Geral Curso

Cleber Trindade Barbosa
Coordenador Geral NEAD

Ernando Brito Gonçalves Junior
Apoio Pedagógico

Ruth Rieth Leonhardt
Revisão

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Element5/Unsplash
Capa

Aneeque Ahmed /Nounproject
Hafiudin/Nounproject
ProSymbols/Nounproject
Ícones